Parceria entre Creche e Família: um relato de experiência sobre a garantia do direito das crianças às Interações e à Brincadeira na Educação Infantil

Merian Aparecida Poluceno de Figueiredo[1]

O presente trabalho traz um relato de experiência em uma turma de pré-escola, vivenciada em uma creche da rede municipal de Campina Grande - PB, refletindo a importância desta etapa da Educação Infantil acontecer em um espaço constitutivo das infâncias, e de promover experiências educativas no cotidiano tendo como eixos norteadores as Interações e a Brincadeira. Refletindo como essa prática torna-se uma luta pelos direitos das crianças a ser defendido junto às famílias, que por vezes, acreditam que, ao chegarem na pré-escola as crianças devem se deter a atividades voltadas à preparação para o Ensino Fundamental, reforçando um entendimento de que na pré-escola a "escolarização" deve se fazer presente através de atividades mais voltadas à repetição e à cópia, e os tempos e espaços de brincar devem se tornar mais reduzidos. De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9394/96) no Art. 29 "[...] a educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até cinco anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade." Essa condição torna-se imprescindível na superação tanto do caráter assistencialista como da compreensão desta etapa enquanto mera preparação para o Ensino Fundamental. A Educação Infantil ao tornar-se uma etapa da Educação Básica, que atende especificamente as crianças na primeira infância, deve garantir os direitos de aprendizagem das crianças, que são: conviver, brincar, participar, explorar, expressar e conhecer-se (Brasil, 2017) na busca seu desenvolvimento integral. Diante desta problemática, e da relevância de refletirmos as instituições de Educação Infantil enquanto espaços de promoção e respeito às infâncias, temos por objetivo apresentar um relato de experiência sobre as ações de uma professora junto às famílias de um grupo de crianças de quatro anos sobre a conscientização da importância das Interações e da Brincadeira no cotidiano dessas crianças. Essas ações foram importantes no sentido de diminuir a evasão das crianças na turma e de ajudar as famílias a perceberem que as práticas voltadas para o brincar não privam as crianças do direito à aprendizagem, pelo contrário, elas são garantia de direitos, a partir de uma proposta pedagógica que respeita a criança em suas especificidades e características próprias. Iniciamos este ano

[1] Mestranda em Educação (PPGED-UFCG).

letivo, especificamente com vinte e seis crianças matriculadas na turma, na primeira semana muitas dúvidas surgiram referentes aos materiais e livros didáticos, muitas famílias questionando acerca das atividades para casa, e quando informávamos que não trabalhamos em nossa proposta com essa perspectiva, muitas mostraram-se preocupadas. Percebemos que há uma expectativa de muitas famílias acerca da iniciação dos processos de alfabetização das crianças, e perguntas como "Ela vai aprender a fazer o nome? E os números? E as letras do alfabeto?" tornam-se muito comuns ao chegarem nessa etapa da Educação Infantil. Ao longo das semanas, fomos recebendo a notícia de que algumas famílias iriam realizar a transferência de suas crianças, e, ao perguntarmos o motivo, fomos informados que iriam matricular em uma escola particular, ou até mesmo tentar uma vaga na pré-escola em alguma escola da rede municipal. Ao questionar o motivo desta decisão a resposta que obtínhamos era que a criança "já havia brincado demais, desde o berçário até o maternal" e que "agora era hora de aprender". Embora houvesse a tentativa de convencer as famílias da importância de manter a criança na creche, e que ela aprenderia muito nas propostas vivenciadas, muitas famílias optaram por transferir sua criança, com isso, passamos de vinte e seis para dezoito crianças. Refletimos esse movimento a partir das reflexões de Barbosa (2007) em que tem havido uma apropriação da cultura escolar pelas famílias, ao tempo em que a escola desconhece a cultura familiar. Esse impasse foi percebido nesse contexto, o que muito nos angustiou, e, diante dessa situação buscamos conjuntamente, professora, equipe gestora e pedagógica refletirmos quais ações poderíamos realizar de forma a conscientizar as famílias acerca dos direitos das crianças, respeitando suas especificidades e garantindo a elas o direito ao brincar, e vivenciar o tempo para serem crianças. Para Vygotsky (1998) ao brincar a criança opera com um significado em situações reais de maneira mais simples para ela, pois essa ação está unida ao prazer, e fazendo o que ela mais gosta, ela constrói novos saberes mais complexos ampliando seus processos mentais. Diante dessa compreensão da importância do brincar e do interagir nesta etapa vivenciada pelas crianças, realizamos uma formação com as famílias com o objetivo de mostrar para elas a nossa rotina detalhada, e a intencionalidade pedagógica nas diferentes vivências e brincadeiras propostas, além de apresentar alguns dos projetos desenvolvidos com as turmas e como cada vivência possibilita a aprendizagem e o desenvolvimento das crianças. Nossa intenção com a ação desenvolvida era de conscientizar as famílias acerca da especificidade da infância, e de como é importante reconhecermos esse ser criança antes de pensarmos as propostas pedagógicas voltadas para elas. As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil refletem essa criança ao defini-la como sujeito histórico e de direitos e que nas

interações e nas relações que vivencia constrói sua identidade, “[...] brinca, imagina, fantasia, deseja, aprende, observa, experimenta, narra, questiona e constrói sentidos sobre a natureza e a sociedade, produzindo cultura.” (Brasil, 2010, p. 12). Barbosa (2007) reflete a relevância de considerar esse ser criança ao apontar que ao buscarmos compreender como elas vivem e pensam, entender suas culturas, seus modos de ver, de sentir e de agir, e escutar seus gostos ou preferências torna-se possível alcançar e acolher de forma a compreendê-las no mundo. Assim, cada proposta da rotina que era apresentada, explicávamos os objetivos que tínhamos traçados, a partir dessa compreensão de como as crianças compreendem e ressignificam os saberes e da importância dos conceitos construídos nesta etapa. Ao considerarmos suas necessidades, podemos compreender que a forma de educar não pode ser ligado ao que nós, enquanto adultos, queremos ou esperamos, mas sim, ao que a criança anseia e, como as crianças, através das experiências vivenciadas no cotidiano da Educação Infantil, constroem um conhecimento de si e do mundo, exploram as diferentes linguagens, recriam contextos, ampliam saberes, desenvolvem sua autonomia, estimulam sua curiosidade, vivenciam experiências éticas e estéticas, aprendem sobre o cuidado de si e do outro, dentre outras inúmeras possibilidades de aprender e se desenvolver, formando nelas uma base fundamental para as próximas etapas da educação, mas, além disso, garantindo a elas o direito genuíno de serem crianças e vivenciarem sua infância com completude. Ao final dos encontros de formação, percebemos as famílias mais conscientes da importância da creche para as crianças, e recebemos relatos emocionantes de como elas percebiam a creche como o melhor lugar para elas estarem. As famílias estavam mais felizes e participativas, ao entenderem tudo o que suas crianças vivenciavam nesse espaço integral, e como elas estavam aprendendo e se desenvolvendo de forma significativa. Neste sentido, refletimos nossas ações de acordo com Barbosa (2007) quanto mais a escola conseguir estreitar os modos de socialização com as famílias, ela conseguirá propor práticas que articulem as culturas familiares e as culturas escolares. “Quanto mais próximos os modos de socialização familiar estiverem dos modos de socialização escolar, maior é a perspectiva de sucesso na escola.” (Barbosa, 2007, p. 1072). Após essas experiências formativas, as famílias que permaneceram tornaram-se mais ativas, participando de propostas e projetos, estreitando os laços com nossa instituição. Também houve um movimento dessas famílias de divulgar o trabalho da instituição para outras famílias, cessando com isso a evasão na turma, e tendo um movimento de procura, ao passo que, terminamos o ano letivo com vinte e quatro crianças. Percebemos a importância das instituições de Educação Infantil de buscarem ações mais voltadas para as famílias, sanando suas dúvidas, estreitando as relações, permitindo essa

interação entre família e creche, garantindo às crianças o direito a serem assistidas em sua integralidade. A creche é para as crianças um mundo de descobertas, onde aprendem e vivenciam por meio da brincadeira e de atividades lúdicas, que são próximas ao seu universo de ser criança. E elas, ao seu tempo, aprenderão coisas novas. Neste momento, elas aprendem saberes que lhes são significativos para sua faixa etária, por isso, esses saberes são fundamentais.

REFERÊNCIAS:

BARBOSA, Maria Carmen Silveira. Culturas escolares, culturas de infância e culturas familiares: as socializações e a escolarização no entretecer destas culturas. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 28, n. 100, p. 1059-1083, out. 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/KsN57fkpqH35MtdpqcHfmZL/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 23 jun 2024.

BRASIL. **Diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil** /Secretaria de Educação Básica. – Brasília: MEC, SEB, 2010.

_____. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2017.

_____. Ministério de Educação. LDB - Lei nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília: MEC, 1996.

VYGOTSKY, Lev Semenovich. **A formação social da mente**. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.